

Indústrias temem o desabastecimento

Reinaldo Ramos

SÃO PAULO As indústrias de sabonetes receberam ontem comunicação da Petrobrás informando que, a partir de janeiro, as vendas de solventes, um insumo fundamental para a fabricação do produto, serão cobradas em BTNs fiscais, em desacordo com a portaria ministerial, conhecida desde a semana passada mas publicada apenas na última terça-feira, que limitou em 60% ao mês os juros dos pagamentos a prazo. A denúncia será feita hoje ao ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, pelo presidente do Sindicato das Indústrias de Perfumaria e Artigos de Toucador, do Estado de São Paulo, José Carlos Basílio da Silva, durante reunião convocada para discutir com representantes de supermercados e de indústrias de base e de ponta a aplicação da portaria que regulamentou os pagamentos a prazo.

Na reunião, Mailson ouvirá outras queixas contra a portaria e um alerta, feito por Sylvio Luiz Bresser Pereira, diretor-geral do Grupo Pão de Açúcar: os supermercados podem ficar desabastecidos porque, talvez, a regulamentação das vendas a prazo tenha vindo tarde demais, depois dos fornecedores terem iniciado reduções bruscas nos prazos de pagamento. "Nas últimas duas semanas, fornecedores têm promovido drásticas reduções nos prazos de pagamento. Não há dinheiro

para bancar isso e muitas redes de supermercados simplesmente vão deixar de comprar", disse Bresser Pereira, adiantando que, por falta de melhor compreensão da portaria, alguns produtos, como o açúcar, deixaram de ser entregues nos supermercados.

Corrente Também o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Plásticos (Abplipa), Celso Hahne, estará denunciando ao ministro a burla da portaria. Segundo ele, fabricantes de produtos petroquímicos de primeira geração, como a Central Petroquímica União, passaram a realizar vendas apenas à vista, mesmo depois de fecharem com Mailson, na quinta-feira da semana passada, o acordo que resultou na medida de limitação de juros.

Para o presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman, a portaria ministerial regulamentando os juros das vendas a prazo "não funcionou" por culpa de "empresários irresponsáveis que estão partindo para a desobediência civil". Segundo Szajman, muitos comerciantes reclamaram ontem que os fornecedores, "mesmo os que estavam vendendo a prazo em dezembro", começaram a exigir vendas à vista.

Mau negócio Nem sempre a desobediência civil é um bom negócio. No caso dos fabricantes de sabonetes e cremes dentais, que decidiram ignorar os preços fixados pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), certamente foi péssimo. É isso que Basílio

da Silva, vai dizer ao ministro Mailson da Nóbrega: o controle exercido pelo governo acabou favorecendo à maior empresa do setor, a Gessy, que detém mais de 50% do mercado e, ao contrário de concorrentes como a Colgate e a Kolynos, está rigorosamente cumprindo as determinações do CIP.

"Os sabonetes e cremes dentais estão com defasagens muito grandes. A Gessy, que pertence a uma multinacional (o grupo Unilever, o 29º entre as empresas estrangeiras no país), pôde cumprir o CIP porque têm fôlego e participa de outros mercados como o de alimentos. Com isso, acabou deslocando do mercado outras empresas mais fracas e, com a nova portaria estabelecendo regras para as vendas a prazo, vai avançar ainda mais", afirmou Basílio da Silva.

"Quem ganhou com isso foi a Gessy que deve estar rindo sozinha. Um sabonete da Colgate, por exemplo, está custando quatro vezes mais do que um da Gessy, de qualidade muito superior. Nem que os correntes tivessem US\$ 200 milhões para gastar, vendendo no vermelho durante 10 anos, iriam recuperar mercado", disse Basílio da Silva, que vai cobrar de Mailson uma solução para o problema, "que atenda a todas as empresas do setor - afinal, sou presidente de um sindicato que representa todas as indústrias e não só a Gessy".